PERCEPÇÃO DE PROFESSORES E GESTORES DE EDUCAÇÃO SOBRE A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Education managers and teacher's perception on the inclusion of children with visual impairment

Heloisa Marques[1]
Juliana Araújo Brandão[2]
Luzivan Francisco Gonçalves[2]
Kamila Santos da Silva[2]
Vinicius Saura Cardoso[2]
Alessandra Tanuri Magalhães[3]

[1]Fisioterapeuta, doutoranda da Universidade do Sagrado Coração, docente efetiva da Universidade Federal do Piauí, Brasil

[2]Fisioterapeuta

[3]Professor Doutor da Universidade Federal do Piauí, Brasil

Recebido em: 14/12/2016
Aceito em: 12/04/2017

MARQUES, Heloisa *et al.* Percepção de professores e gestores de educação sobre a inclusão de crianças com deficiência visual. *SALUSVITA*, Bauru, v. 36, n. 1, p. 7-21, 2017.

RESUMO

Introdução: Deficiência visual é a perda de visão e interpretação de imagens visuais, com relação direta na qualidade do desenvolvimento global infantil. O programa de orientação e mobilidade escolar é um eficaz e importante facilitador na integração social e no sucesso escolar de crianças com deficiência visual. **Objetivo**: identificar a percepção de gestores educacionais e professores de crianças com deficiência visual na inclusão das mesmas no ensino regular, bem como suas dificuldades diretas durante o manejo pedagógico diário. **Método**: as etapas seguidas nesta pesquisa foram: construção e aplicação dos questionários; triagem das dúvidas dos participantes; reconstrução e reaplicação dos questionários. **Resultados e Discussão**: constatamos

que as escolas de uma forma geral, não apresentam estrutura física que possibilitem a inclusão de alunos com algum tipo de deficiência, levando a riscos na locomoção dos mesmos ou limitando o acesso e permanência destes no ensino regular, sendo que 88% dos profissionais entrevistados não possuíam capacitação em educação especial. A falta de capacitação dos professores e ausência de adaptações na sala de ensino regular foram os principais responsáveis pelas dificuldades relatadas pelos professores para um eficiente processo de ensino aprendizagem associado à inclusão escolar. **Conclusão**: parte das crianças com deficiência visual está inserida no ensino regular, apesar das escolas não estarem adaptadas para recebê-las. Mas, sugere-se novas pesquisas levando em consideração opinião dos alunos com deficiência visual sobre os aspectos pesquisados, o seu grau de satisfação quanto o processo de ensino oferecido pela escola e sua orientação e mobilidade no âmbito escolar.

Palavras-chave: Deficiência visual. Educação. Inclusão.

ABSTRACT

Introduction*: Visual impairment is the loss of vision and interpretation of visual images, with direct relation on the quality of children's overall development. The guidance and student mobility program is an effective and important facilitator in social integration and the school success of children with visual impairment.* **Objective***: identify the perception of education managers and teachers of children with visual disabilities in inclusion in regular education, as well as its direct difficulties during daily teaching management.* **Method***: the steps followed in this research were: construction and application of questionnaires; screening of questions from participants; reconstruction and reapplication of the questionnaires.* **Results and Discussion***: we found that schools in general, have no physical structure to enable the inclusion of students with a disability, taking the risks in getting them or limiting access and permanence of these in mainstream education, with 88% of respondents professionals they had no training in special education. The lack of training of teachers and lack of adjustments in regular education room were the main responsible for the difficulties reported by teachers for effective teaching and learning process associated with school inclusion.* **Conclusion***: part of visually impaired children are placed in regular schools, although schools are not adapted to receive them. But it is suggested further research taking into account*

the opinion of visually impaired students on the aspects surveyed, their degree of satisfaction with the process of teaching offered by the school and its orientation and mobility in schools.

Keywords: *Visual impairment. Education. Inclusion.*

INTRODUÇÃO

A deficiência visual compreende a perda da capacidade de ver e interpretar as imagens visuais, sendo uma interpretação dependente da função cerebral de receber, decodificar, selecionar e armazenar as imagens e experiências anteriores. Os deficientes visuais podem ser classificados em dois grupos, os de baixa visão e os cegos, conforme as diferenças nos valores de acuidade visual. Os indivíduos com diagnóstico clinico de baixa visão dispõem de acuidade igual ou menor que 20/70, enquanto que os cegos apresentam valores iguais ou menores que 20/200 (MONTILHA, 2006; BEZERRA; PAGLIUCA, 2007).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que nos países em desenvolvimento como o Brasil, 1% a 1,5% da população apresentam deficiência visual (SONZA; SANTAROSA, 2003). Nos últimos 10 anos é crescente a inclusão de alunos com deficiência visual nas escolas brasileiras, demonstrando o respeito por valores éticos como a aceitação e valorização das diferenças individuais, além da melhor convivência e aprendizagem dessas pessoas no ambiente escolar (CAMARGO; NARDI; VERASZTO, 2008; PASQUALE; MASELLI, 2014).

O processo de inclusão social evidenciou as dificuldades encontradas por professores e alunos quanto ao sistema educacional, destacando-se principalmente quanto: aos recursos instrucionais utilizados nas instituições públicas; o conteúdo ensinado e o perfil comunicativo na sala de aula (CAMARGO; NARDI; VERASZTO, 2008). Contudo, com o avanço da informática e do código em Braille, foi perceptível uma educação mais adaptada e uma maior eliminação das barreiras históricamente impostas no sistema educacional (SONZA; SANTAROSA, 2003; CASTRO, 2016; PRETI *et al,* 2014).

Além dos pontos diretamente relacionados à visão, deve-se considerar que existe uma relação muito próxima entre visão e o desenvolvimento infantil global, de forma que a diminuição das capacidades visuais sugere uma série de comprometimentos em outras áreas do vasto repertório do comportamento infantil, dentre elas as áreas motora grossa e fina (SANTOS; PASSOS; RESENDE,

2007; SOARES, 2010). A visão possui um papel importante no desenvolvimento motor infantil, por meio dela a criança é colocada em contato com a realidade externa, assim fornecendo estímulos que ajudam na orientação e no controle da ação corporal (SANTOS; PASSOS; RESENDE, 2007; LAPLANE; BATISTA, 2008). As mais relevantes informações sobre o ambiente em que estamos e as várias referências das formas, tamanho, cor, posição e movimentos de tudo que está à nossa volta, nos são dadas por intermédio da visão. Isto que nos permite o controle dos mais variados movimentos necessários para a execução da ação ou tarefa específica em qualquer ambiente (SOARES, 2010; BARROS; AZEVEDO, 2016).

A independência e autonomia na criança com deficiência visual muitas vezes estão limitadas por falta de um programa de orientação e mobilidade (OM) na escola. A criança cega ou de baixa visão necessita de segurança para se locomover e obter movimentos autônomos no domínio de espaço para realizar descobertas de maneira independente (SANCHES; TEODORO, 2007; SILVA, 2016).

O programa de orientação e mobilidade (OM) tem como objetivos proporcionar à pessoa cega: autonomia na locomoção, autoconfiança, aumento da autoestima e independência, sendo assim um eficaz suporte facilitador na sua integração social. O programa faz uso de recursos utilizados para o desenvolvimento destas habilidades: o cão-guia, a bengala, o guia humano e a autoproteção (BASTO; GAIO, 2010). No programa de orientação e mobilidade serão trabalhados aspectos relacionados à aquisição da independência da pessoa com deficiência visual, este é importante para que a criança com deficiência visual adquira habilidades para ser independente e, para que seja estimulada nas noções essenciais de lateralidade, de manutenção de uma boa postura, no conhecimento do ambiente tanto externo como interno de sua rotina, e a desenvolver noções de tempo e espaço, dentre muitas outras habilidades de vida diária importante para seu completo desenvolvimento (MARINSI; MATSUKUR, 2009; OLIVEIRA, 2005).

As escolas são importantes meios para o desenvolvimento de habilidades para qualquer criança tornar-se independente. A política nacional de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais não se limita apenas à permanência física junto aos outros educandos em geral e sim, no desenvolvimento do potencial destas pessoas em situações paralelas e associadas aos alunos regulares, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades específicas (TADA *et al*, 2012; DIAS, 2014). Com base nestes dados, surgiu o interesse em identificar a presença de crianças com deficiência visual nas escolas públicas municipais de Parnaíba.

O objetivo deste estudo foi identificar a percepção de gestores educacionais e professores de crianças com deficiência visual na inclusão das mesmas no ensino regular, bem como suas dificuldades diretas durante o manejo pedagógico diário.

DESENVOLVIMENTO

A metodologia deste estudo foi transversal, qualitativo e descritivo. Participaram desta pesquisa 76 gestores das escolas municipais e 08 professores de salas de aula específicas para crianças com deficiência visual nas escolas do município de Parnaíba- PI.

Foram critérios para participação neste estudo: ser professor de escolas públicas municipais, e estar em atividade regular no período letivo em que a pesquisa seria realizada. Sendo que não foram recrutados professores que não contemplavam os critérios descritos anteriormente.

Os voluntários foram informados do conteúdo da pesquisa e assinaram um termo de consentimento livre esclarecido, como preconiza a Resolução 196/96, estando em plena concordância com o protocolo de pesquisa da Universidade Federal do Piauí.

O procedimento de pesquisa foi realizado em seis etapas distintas e consecutivas, descritas a seguir, em seu passo-a-passo. As etapas seguidas foram a construção e aplicação dos questionários; a triagem das dúvidas dos participantes; a reconstrução e reaplicação dos questionários.

Na primeira etapa, ocorreu a construção do questionário destinado às gestoras com perguntas fechadas, elaborado com cuidado e tempo de preparação para que, todas as opções de respostas fossem oferecidas e não houvesse influência de opiniões pessoais nas respostas. O questionário respeitou as bases psicométricas para a facilidade de sua aplicação, processo de análise e rapidez no ato de responder, além de apresentar mínima probabilidade de erros apesar da variedade de alternativas ofertadas para as respostas (LAPLANE; BATISTA, 2008).

A construção do questionário foi realizada por meio de questões dicotômicas que contemplavam perguntas como o conhecimento a respeito da orientação e mobilidade; sobre as situações que as escolas apresentavam de acessibilidade para deficientes visuais; quanto à presença de rampas de acesso na entrada e dentro da escola, com a presença de corrimão, portas largas, barras laterais de segurança por toda a estrutura escolar, bebedouros adaptados com indicadores sonoros e espaço esportivo adaptado. O questionário continha

instruções objetivas e claras para fácil entendimento do entrevistado, sem necessidade de intervenção secundária.

Na segunda etapa foram aplicados os questionários com as gestoras. Esta etapa da entrevista foi realizada na Secretaria da Educação do município, tendo a duração de três horas para a exposição da pesquisa e aplicação do questionário com os gestores das setenta e seis escolas públicas do município de Parnaíba. Nessa reunião compareceram vinte e oito gestoras de uma totalidade de setenta e seis escolas. Dessa forma foi necessária a visitação dos pesquisadores no período letivo corrente para dar continuidade à aplicação dos questionários. Foram aplicados os questionários por meio de visita agendada previamente com cada uma das gestoras das quarenta e oito escolas em que as mesmas não compareceram a reunião. Segundo as informações colhidas com os gestores, das setenta e seis escolas avaliadas foram encontrados trinta escolas com crianças com deficiência visual matriculadas no ensino regular, correspondendo a uma prevalência de 43% do número total de escolas públicas do município.

Na terceira etapa foi construída a triagem, tendo em vista a dificuldade dos gestores quantos às dúvidas existentes em identificar as crianças com deficiência visual. Para isso foi elaborado um roteiro de aplicação dos pesquisadores para um levantamento quanto ao número de crianças com deficiência visual matriculadas e suas dificuldades quanto à locomoção, o uso de bengala, a utilização de óculos, o uso de lente aumento ou braile para a leitura e a necessidade de levantar ou não para ver o quadro negro. O questionário teve facilidade de aplicação, processo, análise e rapidez no ato de responder.

Na quarta etapa a triagem foi aplicada. Das trinta escolas citadas pelos gestores, duas foram excluídas: uma por não ter sido localizado o endereço da escola (zona rural sem acesso por vias públicas de locomoção) e uma pelo fato do aluno não estar frequentando a escola, consistindo assim a realização dessa etapa em vinte e oito escolas no período letivo corrente. A ida dos pesquisadores durante o horário de aula no qual estavam inclusas as crianças com deficiência visual, tinha como propósito identificar o comportamento da criança quanto ao processo de locomoção no âmbito escolar e confirmar a percepção dos gestores quanto a esse tipo de deficiência. Com a realização da triagem foram identificadas e confirmadas onze escolas com presença de crianças com deficiência visual, duas escolas foram excluídas: no qual uma escola foi excluída devido ao aluno apresentar hiperatividade associada à deficiência visual e outra escola pelo fato do aluno apresentar comprometimento visual de apenas um olho. Além destas, as dezoito escolas restantes não

apresentavam deficientes visuais confirmando a dificuldade dos gestores em identificar as crianças com deficiência visual. Totalizando nove escolas para a aplicação do questionário com os professores responsáveis pela criança.

Na quinta etapa construiu-se o questionário dos professores: A construção do questionário foi realizada por meio de questões abertas e fechadas. Este questionário continham perguntas sobre os dados pessoais, tempo de profissão dos entrevistados, realização de cursos de capacitação em educação especial verificação do conhecimento destes professores em relação à orientação e mobilidade quanto à existência de uma adequação da sala de aula para com o aluno quanto ao posicionamento, iluminação e o uso de materiais didáticos adaptados (textos e livros ampliados, braile, lupas, máquina de datilografia, computadores, materiais sonoros e em relevo), uso de bengala, recebimento de ensino individualizado, opinião dos professores quanto à necessidade de profissionais de apoio e investigação das dificuldades para estimular a independência dessas crianças. Assim como o questionário dos gestores teve facilidade de aplicação, processo, análise e rapidez no ato de responder, além de apresentar mínima probabilidade de erros apesar da variedade de alternativas ofertadas.

Na sexta etapa aconteceu a aplicação do questionário com os professores, nesta etapa da entrevista, os pesquisadores fizeram visitas em nove escolas que foram encontradas crianças com deficiência visual no período letivo corrente. A aplicação dos questionários foi realizada diretamente com os professores dos alunos com deficiência visual. Ressaltando que uma escola foi excluída devido à indisponibilidade do professor. Totalizando a aplicação em oito escolas.

O resultado deste trabalho identificou que os gestores participantes da pesquisa tinham a média de 14 anos na profissão como professor e a média de 05 anos como gestores educacionais. Sendo destes, 88% não tinham curso de capacitação ou especialização na área de conhecimento de educação especial.

Foram avaliadas as condições físicas de acessibilidade, através das 07 perguntas apresentadas na Tabela 1. A permanência desse aluno na escola foi analisada através das perguntas: “Elas frequentam a escola diariamente?”, “Ocorreram casos de desistência do aluno especial na escola?”; ambas existentes no questionário. Em relação à acessibilidade, foi constatado por meio da aplicação do questionário que as escolas em geral não se encontram adaptadas para receber os alunos com deficiência visual (Vide Tabela 1).

Tabela 1 - Questões respondidas sobre o conhecimento da acessibilidade das escolas municipais pelos entrevistados gestores educacionais e professores.

Acessibilidade	%
1. Rampas na entrada da escola	59%
2. Ausência de rampas dentro da escola	53%
3. Ausência de corrimãos	80%
4. Espaços não adapatados	89%
5. Ausência de portas largas	66%
6. Ausência de barras de segurança nos banheiro	82%
7. Ausência de bebedouros adaptados	93%

Em relação à quantidade de deficientes visuais inseridos nas escolas municipais, foram encontradas onze escolas que apresentavam crianças com deficiência visual correspondendo a uma prevalência de 39% da quantidade total. Destacando-se que a relação existente era de uma criança com deficiência visual por escola, dessa forma foram encontradas onze escolas com deficientes visuais matriculados. Nos aspectos avaliados, foram observados pelos pesquisadores por meio de um questionário de aplicação, que 9% das crianças apresentavam dificuldade de locomoção no âmbito escolar, 55% das crianças usavam óculos, 45% das crianças levantavam pra ver o quadro negro, 27% das crianças usavam lente de aumento e 100% não faziam uso de bengala e não utilizavam braile.

Os dados observados quanto à inclusão social do aluno com deficiência visual nas escolas públicas são apresentados na Tabela 2. Os dados mostraram que existe uma necessidade de localização e inserção dos recursos mínimos necessários para a inclusão adequada dos alunos com deficiente visual.

Tabela 2 - Inclusão do deficiente visual no ensino regular público municipal.

Inclusão	%
1. Inclusão em ensino regular	87%
2. Posicionamento adaptado na sala de aula	75%
3. Iluminação adequada	50%
4. Ausência de materiais em braile	88%
5. Livros adaptados e ampliados	50%
6. Ausência de lupa	63%
7. Ausência de bengala	88%
8. Ausência de máquina datilográfica	88%
9. Ausência de computador e materiais sonoros	75%
10. Ausência de materiais em relevo	63%
11. Ensino individual	87%
12. Necessidade de profissional de apoio	50%

Quanto à dificuldade do professor para lidar com o deficiente visual, cinco professores relataram a falta de materiais adequados para os alunos com deficiência visual como se observa na resposta: "... O ambiente e os recursos didáticos não são totalmente adequados para atender as necessidades do deficiente visual..." SIC. Três professores atribuíram dificuldade por falta de capacitação, como mostra a resposta a seguir: "... O material pedagógico, o tempo para planejar e a capacitação..." SIC. Dois professores relataram a falta de estrutura da escola, como se observa na próxima resposta: "... O principal é a estrutura da escola..." SIC. Um professor atribuiu inexistência da acessibilidade como diz a resposta: "... É a falta de acessibilidade..." SIC. Um professor atribuí a falta de um auxiliar como mostra a resposta: "... A falta de um auxiliar..." SIC.

A criança deficiente visual ao receber uma intervenção educacional apropriada, apresenta melhores condições para seu desenvolvimento global, inclusive para o seu convívio social. No entanto, de acordo com os dados observados no presente estudo foi observado que as escolas de uma forma geral, não apresentam estrutura física que possibilitem a inclusão de alunos com algum tipo de deficiência,

levando a riscos na locomoção dos mesmos ou limitando o acesso e permanência destes no ensino regular, nos dados numéricos presentes. O estudo de Corrêa e Manzini (2012) teve como objetivo avaliar a acessibilidade física de seis escolas de educação infantil de uma cidade do interior paulista onde se apresentou como resultado a inexistência de acessibilidade quanto à presença de corrimãos, bebedouros e banheiros adaptados. Estes dados coincidem com o presente estudo em que 80% não apresentavam corrimãos, 93% não tinham bebedouros adaptados e 82% não apresentavam banheiros adaptados. Diferentemente de um estudo realizado por Marinsi e Matsukura (2009) em doze cidades-pólo do estado de São Paulo no qual mostrou a presença de corrimãos e banheiros adaptados.

Na pesquisa de Tada *et al.* (2012) que teve como objetivo realizar um levantamento estatístico em 22 escolas (10 estaduais, 08 municipais e 04 particulares) quanto aos tipos de deficiências, alunos incluídos por série escolar e estrutura física das escolas; notou-se quanto à estrutura física que três escolas apresentavam rampas e banheiros adaptados em péssimas condições. No presente estudo, a maioria das escolas não era acessível quanto à presença de banheiros adaptados e rampas de acesso no interior da escola. Entretanto, existiam rampas de acesso na entrada da escola. Quanto ao autor citado anteriormente (Tada *et al.,* 2012), parte das escolas estaduais não apresentavam computadores adaptados fato que se repete com o resultado do presente estudo em que 75% das escolas analisadas indiretamente pela fala de suas gestoras não faziam uso desse recurso didático.

Em uma pesquisa realizada por Gallo, Orso e Fiório (2011) foram observadas que das 27 escolas estudadas, 17 não apresentavam rampas de acesso, 14 não possuíam banheiros adaptados, 16 não tinham bebedouros adaptados e 05 não possuíam barras de apoio no banheiro. Tais dados apresentam grande semelhança com os resultados deste estudo em questão quantos aos itens avaliados, com exceção das barras de apoio, no qual das 76 escolas avaliadas no presente estudo, 61 não apresentavam. Segundo Bezerra e Pagliuca (2007) que tinham como objetivo apresentar e refletir sobre como se processam as relações interpessoais dos adolescentes deficientes visuais no ambiente da escola observou-se nas duas escolas pesquisadas que as rampas e corrimãos estavam inadequados, observando também a ausência de materiais em relevo, livros transcritos para o braile e sonoros, colaborando com os resultados do presente estudo. No estudo citado acima, também foi notado à inexistência de material ampliado e iluminação adequada, no qual no estudo em questão foi observado em 50% das escolas em ambos os itens. Ressaltando que

34% dos professores participantes desta pesquisa atribuíram à falta de materiais adequados a principal dificuldade relatada para lidar com o aluno deficiente visual no ensino regular.

O conhecimento do processo de ensino-aprendizagem de alunos com deficiência visual é importante para observar a inclusão ou não inclusão destes no ensino regular e planejar ações para este específico grupo em estudo. Ressaltando no presente estudo a importância de confirmar a percepção dos gestores quanto à deficiência visual. Montilha *et al*. (2006) realizaram uma pesquisa com 26 alunos com deficiência visual tendo como objetivo verificar a percepção e conduta de escolares portadores de deficiência visual em relação aos recursos ópticos e equipamentos utilizados no processo de escolarização foi observado que 91,7% utilizavam óculos, 33,3% utilizavam lupa e 75% aproximaram-se da lousa. Confirmando com o estudo em questão quanto ao uso de óculos e utilização de lupas, no qual respectivamente 55% e 63% faziam uso. Diferentemente da aproximação da lousa, em que 50% levantavam para ver o quadro negro.

Quanto ao uso de bengala como auxiliar importante para locomoção relacionada ao ambiente escolar, foi observado no presente estudo que 88% não faziam uso de bengala.

Sanches e Teodoro (2007) aplicaram um questionário com questões abertas e fechadas com 340 professores, tendo como objetivo saber o que pensam sobre a inclusão escolar de alunos com necessidades educativas especiais, o que eles dizem que fazem e gostariam de fazer. Foi observado que 70,2% dos professores não tinham formação em educação especial, similar com o presente estudo em que 88% não apresentavam capacitação ou especialização em educação especial. Quanto a variável, trabalho de colaboração entre o professor de apoio e o professor da classe, 78% relataram que o trabalho é feito com outro profissional, contrapondo com o estudo em questão no qual uma das dificuldades relatadas por 08% dos professores é a falta de um auxiliar.

Para Sanches e Teodoro (2007), existem muitas dificuldades que podem ser relatadas para não ser exercida uma educação inclusiva, como a falta de formação especializada ou formação inadequada dos professores, a falta de recursos e materiais adequados, inexistência de acessibilidade e ausência de políticas para melhoria da situação. No presente estudo, as dificuldades citadas para lidar com o aluno deficiente visual foram à falta de materiais adequados por 34% dos professores, 25% atribuíram à falta de capacitação, 17%a falta de estrutura da escola, 08% a inexistência da acessibilidade e 08% ao planejamento pedagógico. Em uma pesquisa realizada por Gasparetto

(2004) em 12 escolas municipais e 11 escolas estaduais com o objetivo de verificar os conhecimentos e ações desenvolvidas por professores do ensino fundamental em relação aos sinais e sintomas indicativos de dificuldades visuais de alunos, foi observado em relação à capacitação especializada que 92,6% dos professores não apresentaram formação especializada em deficiência visual, assim o presente estudo em que 88% não tinham curso de capacitação ou especialização em educação especial.

Foi encontrado na pesquisa atual que 25% dos professores participantes relataram a falta de capacitação ou especialização em educação especial ser uma das dificuldades para lidar com o deficiente visual. Com isso, atendendo aos princípios da educação inclusiva, o ensino itinerante é uma alternativa oferecida para os professores e alunos com deficiência por meio de um atendimento educacional especializado com o objetivo de apoiar, complementar e suplementar o ensino regular. Sendo recomendado em regiões onde exista uma carência de escolas com estrutura adaptada a estes alunos e ausência de professores com capacitação ou especialização em educação especial. Entretanto, apesar de eliminar barreiras, esse princípio não prioriza a construção de uma escola inclusiva com os alunos com deficiência inseridos em ensino regular (ROCHA; ALMEIDA, 2008).

Foi encontrada a carência de acessibilidade nas escolas municipais sendo esta uma das dificuldades relatada pela maioria dos professores. Além de trazer riscos para o aluno com deficiência, limitam o espaço para a locomoção e restringem o contato interpessoal dos mesmos no período de aprendizagem. A legislação assegura o direito de acesso, circulação e utilização dos espaços públicos para deficientes, estabelecendo normas, padrões e medidas para proporcionar adequadas condições de acesso aos edifícios públicos e vias públicas, devendo ser respeitadas (BEZERRA; PAGLIUCA, 2007). Segundo os professores participantes da pesquisa, estes relataram como dificuldade para lidar com deficiente a falta de um auxiliar em classe, considerando a média de 40 alunos por sala de aula.

Sanches e Teodoro (2007) relataram que a colaboração de profissionais da saúde no âmbito escolar é fundamental devido necessidades educativas especiais terem origem de problemas de saúde, apresentando assim um impacto positivo no campo educativo. Dentre estes, Gallo, Orso e Fiório (2011) destacam o papel do fisioterapeuta no âmbito escolar, tornando-se importante no desenvolvimento sensório motor, orientação, mobilidade e aprendizagem juntamente com os professores dos alunos com deficiência visual (VASCONCELO; PAGLIUCA, 2006).

CONCLUSÃO

Os gestores das escolas municipais apresentaram dificuldades para identificar a presença de alunos com deficiência visual. As crianças com deficiência estão inclusas na sala de aula em ensino regular, entretanto as escolas de forma geral não estão adaptadas para tê-las, apresentando barreiras arquitetônicas e a falta de materiais didáticos adequados as suas necessidades.

A falta de capacitação dos professores e ausência de adaptações na sala de ensino regular foram os principais responsáveis pelas dificuldades relatadas pelos professores para um eficiente processo de ensino aprendizagem associado a inclusão escolar.

Sugere-se assim novas pesquisas acerca do tema abordado, levando em consideração também a opinião dos alunos com deficiência visual sobre os aspectos pesquisados, o seu grau de satisfação quanto o processo de ensino oferecido pela escola e sua orientação e mobilidade no âmbito escolar. São necessários cursos de capacitação e formação para professores e gestores quanto às características e necessidades educacionais especiais de crianças com deficiência visual.

REFERÊNCIAS

BARROS, R.A.; AZEVEDO, M.A.R. O impacto do programa São Paulo faz escola em professores iniciantes. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.41, n.2, p.359-381, 2016.

BASTO, L.S.C.; GAIO, R.C. Técnicas de orientação e mobilidade para pessoas cegas: reflexões na perspectiva da educação física. **Movimento & Percepção**, Espirito Santos do Pinhal, v.11, n.16, p.2010-2014, 2010.

BEZERRA, C.P.; PAGLIUCA, L.M.F. As relações interpessoais do adolescente deficiente visual na escola. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Fortaleza, v.28, n.3, p.315-317, 2007.

CAMARGO, E.P.; NARDI, R.; VERASZTO, E.V. A comunicação como barreira à inclusão de alunos com deficiência visual em aulas de óptica. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, São Paulo, v.30, n.3, p.3401-3410, 2008.

CASTRO, V.G. Jovens em Contextos Sociais Desfavoráveis e Sucesso Escolar no Ensino Médio. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 239–258, 2016.

CORRÊA, P.M.; MANZZINI, E.J. Um estudo sobre as condições de acessibilidade em pré-escolas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.18, n.2, p.213-230, 2012.

DIAS, R.E. Perfil profissional docente nas políticas curriculares. **Revista Teias**, São Paulo, v.15, n.39, p.09-23, 2014.

GALLO, E.C.; ORSO, K.D.; FIÓRIO, F.B. Análise da acessibilidade das pessoas com deficiência física nas escolas de Chapecó-SC e o papel do fisioterapeuta no ambiente escolar. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v.35, n.2, p.201-207, 2011.

GASPARETO, M.E.R.F. Dificuldade visual em escolares: conhecimentos e ações de professores do ensino fundamental que atuam com alunos que apresentam visão subnormal. **Arquivo Brasileiro de Oftalmologia**, Campinas, v.67, n.2, p.65-71, 2004.

LAPLANE, A.L.F.; BATISTA, C.G. Ver, Não ver e Aprender: A Participação de Crianças com Baixa Visão e Cegueira na Escola. **Caderno Cedes**, Campinas, v.28, n.75, p.209-227, 2008.

MARINSI, S.C.F.; MATSUKURA, T.S. Avaliação de políticas públicas: a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino fundamental das cidades-pólo do estado de São

MARQUES, Heloisa *et al.* Percepção de professores e gestores de educação sobre a inclusão de crianças com deficiência visual. *SALUSVITA*, Bauru, v. 36, n. 1, p. 7-21, 2017.

Paulo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.15, n.1, p.45-64, 2009.

MONTILHA, R.C.L. et al. Utilização de recursos ópticos e equipamentos por escolares com deficiência visual. **Arquivo Brasileiro de Oftalmologia**, Campinas, v.69, n.2, p.207-211, 2006.

OLIVEIRA, A.C.M.A. Visualidade, entre Significação Sensível e Inteligível. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 30, n. 2, p. 107–122, 2005.

PASQUALE, G.; MASELLI, M. Pessoas com Deficiência e Escola: principais mudanças na experiência italiana. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.39, n.3, p.707-724, 2014.

PRETI, F.R. et al. Desafios na formação dos professores para o uso das tecnologias assistivas com a deficiência visual. **Revista Teias**, São Paulo, v.15, n.39, p.174-186, 2014.

ROCHA, M.M.; ALMEIDA, M.A. Ensino itinerante para deficientes visuais: um estudo exploratório. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.14, n.2, p.201-216, 2008.

SANCHES, I.; TEODORO, A. Procurando indicadores de educação inclusiva: as práticas dos professores de apoio educativo. **Revista Portuguesa de Educação**, Portugal, v.20, n.2, p.105-149, 2007.

SANTOS, L.C.; PASSOS, J.E.O.S.; REZENDE, A.L.G. Os efeitos da aprendizagem psicomotora no controle das atividades de locomoção sobre obstáculos em crianças com deficiência da visão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.13, n.3, p. 365-380, 2007.

SILVA, R.M.D. Educação patrimonial e políticas de escolarização no Brasil. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.41, n.2, p.467-489, 2016.

SOARES, A.V. A contribuição visual para o controle postural. **Neurociências**, Joinville, v.18, n.3, p.370-379, 2010.

SONZA, A.P.; SANTAROSA, L.M.C. Ambientes Digitais Virtuais: Acessibilidade os Deficientes Visuais. **Novas Tecnologias na Educação**, São Paulo, v.1, n.1, p.30-39, 2003.

TADA, I.N.C. et al. Conhecendo o Processo de Inclusão Escolar em Porto Velho – RO. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Porto Velho, v.28, n.1, p.65-69, 2012.

VASCONCELO, L.R.; PAGLIUCA, L.M.F. Mapeamento da acessibilidade do portador de limitação física a serviços básicos de saúde. **Revista de Enfermagem**, São Paulo, v.10, n.3, p.494-500, 2006.